



CÂMARA DOS DEPUTADOS

6423

## EMENDA DE PLENÁRIO

### AO SUBSTITUÍVO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 441/2017

(Do Senado Federal)

8

Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para dispor sobre os cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores.

Acresça-se, onde couber, a redação ao substitutivo do PLP 441/2017.

“Art. A restrição na concessão do crédito ou de aceitação do meio de pagamento não pode ultrapassar as fronteiras da empresa ou instituição com a qual a pessoa possui alguma pendência, salvo mediante prova pública constitutiva do inadimplemento.

Parágrafo único: A restrição na concessão do crédito ou de aceitação do meio de pagamento oferecido pelo consumidor deve ser formalizado no ato e por escrito, mediante informação de todos os dados à ela pertinentes.”

### JUSTIFICATIVA

Enquanto as pendências estão no âmbito privado, não é dada às pessoas a oportunidade de constatação na forma da lei. Essa oportunidade só ocorre quando a demanda é levada para o âmbito público, cujo inadimplemento é constituído e pode ser publicizado se não houver a regularização da pendência na forma da lei. Por outro lado, o consumidor tem ao direito de saber a razão da restrição mediante recebimento de todos os dados informativos do concedente do crédito.

Sala das Sessões, em      de      de 2018.

Deputado Dagoberto Nogueira  
PDT/MS

*[Assinatura]*  
Vice Líder  
PT

*[Assinatura]*  
Lar 2018

*[Assinatura]*  
Vice Líder PDT

*[Assinatura]*  
Vice Líder